

As análises de Leon Trotsky sobre a União Soviética e o stalinismo

Marcio Lauria Monteiro¹

Resumo:

Conforme já apontaram diferentes analistas, a questão-chave para a compreensão do que foi a União Soviética é a compreensão do que foi o “stalinismo”. A intenção deste artigo é resgatar as contribuições analíticas a esse respeito vindas de uma das figuras centrais da Revolução e posterior opositor do regime soviético, Leon Trotsky. Apesar de Trotsky ser amplamente reconhecido como um dos principais, senão o principal, “antisstalinista”, as suas contribuições para a compreensão do que veio a ser a União Soviética e a política dos Partidos Comunistas ao redor do globo a partir dos anos 1930 e, conseqüentemente, do “stalinismo” não são tão conhecidas e difundidas. Estas reflexões estão centradas na noção de “degeneração burocrática” e no conceito de “estado operário (burocraticamente) degenerado”. Ao longo do artigo, serão apresentadas as suas análises acerca da União Soviética e seu regime, o conteúdo que atribuía ao termo “stalinismo” e as mudanças pelas quais seu pensamento passou ao longo de diferentes fases, que se distinguem por mudanças de análises e/ou posições políticas. Será privilegiada, na exposição, uma apresentação mais pormenorizada da fase “madura”, uma vez que é nela que esse pensamento assume uma forma mais estruturada e sistematizada. Dessa maneira, pretende-se trazer à tona para os/as leitores/as uma síntese dessas análises, que possa servir tanto como um resgate e divulgação de um tema pouco conhecido quanto de ponto de partida para possíveis reavaliações críticas das contribuições de Trotsky ao marxismo, necessárias à construção de um arsenal teórico-analítico capaz de nos auxiliar a melhor entender a experiência soviética em seu conjunto.

Palavras-chave: Leon Trotsky; União Soviética; stalinismo; estado operário degenerado; revolução traída.

Leon Trotsky’s analysis on the USSR and Stalinism

Abstract:

As different analysts have pointed out, the key question for understanding what was the Soviet Union lies in the understanding of what was “Stalinism”. The intention of this article is to rescue the analytical contributions in this respect made by one of the central figures of the revolution and later opponent of the Soviet regime, Leon Trotsky. Trotsky

¹ Mestre e doutorando pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

is widely recognized as one of the main, if not the main, “anti-Stalinist”, but his contributions to the understanding of what became the USSR and the politics of the Communist Parties around the globe from the 1930s on and, consequently, of “Stalinism” – centered on the notion of “bureaucratic degeneration” and on the concept of “degenerate bureaucratic workers’ state” – are not so well known and widespread. In this article, we will present his analysis on the Soviet Union and its regime, the content he gave to the term “Stalinism”, and the changes through which passed his thought throughout different phases, which are marked by analytical and/or programmatic changes. We will give more space in the text to a more detailed presentation of the “mature” phase, since it is in this phase that his thought gained a more structured and systematized form. This way, we intend to bring into light a synthesis of said analysis, in order to serve both as a rescue and a disclosure of a rather unknown theme, and a point of departure for possible critical reevaluations of Trotsky’s contributions to Marxism, necessary for the building of a theoretical and analytical arsenal capable of helping on the task of better understanding the Soviet experience as whole.

Key words: Leon Trotsky; Soviet Union; Stalinism; Degenerated workers state; Revolution Betrayed.

Introdução

Ante o centenário da Revolução Soviética, há duas tarefas básicas colocadas para os marxistas, as quais devem ser pontos de partida para novas elaborações: a de rebater as falsificações e o revisionismo historiográfico daqueles que são hostis à Revolução, que miram esta experiência com a intenção de condenar de antemão todo e qualquer projeto anticapitalista, como se fosse necessariamente sinônimo de desastre; e a de resgatar as análises críticas produzidas desde o campo do socialismo revolucionário sobre os caminhos seguidos pela Revolução. Caminhos esses que, em vez de levarem a uma gradual dissolução do estado, segundo previsto pela teoria marxiana da transição ao socialismo (LENIN, 2005, Cap. V), levaram a um “estado burocrático que não tem a menor intenção de desaparecer” (TROTSKY, 2005, p. 76), segundo uma avaliação de Leon Trotsky feita em 1936. Ademais, no leme desse estado se encontrava um regime que se afastou sobremaneira de alguns dos pressupostos mais básicos do marxismo, tais como o internacionalismo revolucionário e o autogoverno proletário.

Conforme já apontaram diferentes analistas, a questão-chave para a compreensão do que foi a experiência soviética e desses caminhos por ela trilhados é a compreensão do que foi o “stalinismo” – termo muitas vezes

utilizado com distintos significados, os quais nem sempre são claros. A intenção deste artigo é resgatar as contribuições analíticas a esse respeito vindas de uma das figuras centrais da Revolução e posterior opositor do regime soviético, o mencionado Trotsky. Leon Trotsky é amplamente reconhecido como um dos principais, senão o principal, “antisstalinista”, mas as suas contribuições para a compreensão do que veio a ser a União Soviética e a política dos Partidos Comunistas (PC) ao redor do globo a partir dos anos 1930 e, conseqüentemente, o “stalinismo”, não são tão conhecidas e difundidas. Costuma prevalecer apenas um conhecimento superficial dos traços trágicos de sua biografia — de líder revolucionário a opositor derrotado, exilado, perseguido e assassinado pelo regime de Iosif Stálin.

As suas contribuições acerca do fenômeno do stalinismo que aqui serão abordadas foram elaboradas ao longo da sua própria luta oposicionista e do desenvolvimento da nascente sociedade soviética, tendo, portanto, passado por mudanças ao longo do tempo. Por conta disso, alguns comentadores e analistas dessas suas contribuições optam por dividi-las em fases distintas, abordagem que facilita uma compreensão pormenorizada.

Do começo da década de 1920 até os primeiros anos da década de 1930, Trotsky lutou por uma *reforma* pró-democrática do aparato estatal soviético e do próprio PC. Conduziu esta luta à frente da Oposição de Esquerda (OE) do PC e, posteriormente, no exílio, à frente da Oposição de Esquerda Internacional (OEI, “fração pública” da Internacional Comunista, formada após a expulsão da OE do Partido, em 1926). Sua proposta passava por uma reforma que restaurasse as liberdades democráticas que haviam sido suprimidas no PC ao longo da guerra civil (com destaque para o direito à formação de tendências e frações temporárias); no conjunto da sociedade soviética (como a liberdade de imprensa e organização para os defensores não-bolcheviques da Revolução); e, especialmente, nos soviets, que haviam paulatinamente perdido sua estrutura de massas e seu poder de indicar representantes amovíveis para os vários conselhos e comitês governamentais e econômicos. Reforma essa que se almejava alcançar por meio de uma luta por mudança de direção e linha do partido e da Internacional Comunista (IC) (cf. BROUÉ, 2007, Cap. 18).

Perry Anderson (1983, pp. 49-52), um dos analistas/comentadores que optam por dividir as elaborações de Trotsky acerca da União Soviética e de seu regime em fases distintas, localiza ao longo do mencionado período (1923-33) duas das três fases que lhe atribui. Uma inicial, marcada pela obra *Novo curso* (1923), na qual Trotsky travou uma primeira luta contra o que encarava ser um processo de “burocratização”, tendo se apoiado bastante nas análises de Lênin acerca do assunto (as quais serão abordadas adiante). Uma “intermediária”, marcada pela obra *A III Internacional depois de*

Lênin (1928), localizada após a primeira derrota da OE dentro do partido (meados de 1924), fase ao longo da qual ele passou a desenvolver análises mais próprias, diferentes em certos aspectos daquelas de Lênin.

Por sua vez, a terceira fase (1933 em diante), que Anderson nomeia de “madura”, é marcada pelas obras *A natureza de classe do estado soviético* (1933) e *A revolução traída – O que é e para onde vai a URSS?* (1936). Sua característica principal é o abandono da estratégia de *reformatar* o regime do PC e do estado soviético e sua substituição pela estratégia de *revolução política* como via para a regeneração da democracia soviética. Essa mudança foi decorrência de uma importante alteração da compreensão de Trotsky, até esta fase “madura”, do stalinismo enquanto fenômeno social e político. Conforme se verá, até então, ele encarava a União Soviética como um *estado operário com deformações burocráticas* (termo primeiro usado por Lênin), ou seja, um “estado operário” com alguns “desvios”, passíveis de correção por meio de reformas. Já nessa fase “madura”, passou a avaliar que as “deformações” haviam assumido um caráter de mudança qualitativa em relação a um “estado operário” “saudável”, o que o levou a utilizar a caracterização de *estado operário (burocraticamente) degenerado*.

Cabe destacar que foi nessa terceira fase que, abandonando a perspectiva de reformar a IC e suas seções nacionais ao redor do globo, Trotsky e seus aliados políticos passaram a defender a criação de um novo partido revolucionário internacional. Tal partido veio a ser a IV Internacional, fundada em 1938².

Ao longo das próximas seções, serão apresentadas as análises de Trotsky acerca da União Soviética e seu regime, o conteúdo que atribuía ao termo “stalinismo” e as mudanças pelas quais seu pensamento passou ao longo das fases das quais fala Anderson. Será privilegiada uma apresentação mais pormenorizada da fase “madura”, uma vez que foi nela que seu pensamento assumiu uma forma mais estruturada e sistematizada, sendo também as análises e conceitos dessa fase os que mais embasaram a militância que reivindicava o legado teórico-programático de Trotsky ao longo da segunda metade do século XX. Dessa maneira, pretende-se trazer à tona para os/as leitores/as uma síntese dessas análises, que possa servir tanto como um resgate e divulgação de um tema pouco conhecido quanto de ponto de partida para possíveis reavaliações críticas das contribuições de Trotsky ao marxismo, necessárias à construção de um arsenal teórico-

² Ainda hoje não há uma “história geral” da IV Internacional, prevalecendo diferentes tentativas de “histórias oficiais”, escritas pelos diversos troncos históricos em que o movimento trotskista internacional se dividiu ao longo das décadas pós-II Guerra Mundial, cada uma dessas “histórias oficiais” tentando legitimar a trajetória de um respectivo tronco. Para uma obra de caráter enciclopédico, mas com pouca análise das diferentes (re)leituras do arcabouço teórico-programático original do trotskismo por seus diversos troncos históricos, ver Alexander (1991). Para uma análise crítica dessas (re)leituras ao longo do período 1944-63, ver Monteiro (2016).

analítico capaz de nos auxiliar a melhor entender a experiência soviética em seu conjunto.

Lênin, Trotsky e as “deformações burocráticas” da sociedade soviética

Começamos a exposição das análises de Trotsky pelo começo, sua fase “inicial”, marcada pela primeira luta em prol de uma reforma democrática no PC e no estado – uma luta que foi iniciada por Vladimir Lênin. Desde o começo da década de 1920, não só Trotsky, mas principalmente Lênin, dentre outros líderes bolcheviques, analisaram existirem *deformações burocráticas* no aparelho de estado criado pela Revolução, as quais também teriam afetado a estrutura do PC, que a cada dia se tornava mais associado àquele aparelho. De todos, Lênin foi o primeiro a prestar sistemática atenção à questão.

Ele encarou o que chamava de “burocratização soviética”, entendida enquanto uma gestão ineficiente do estado e uma autonomização crescente dos gestores frente ao PC e às massas trabalhadoras e camponesas, centralmente enquanto um resquício da sociedade tsarista, passível de ser eliminado por reformas vindas do topo do regime. Para ele, a burocracia administrativa do nascente estado seria basicamente uma excrescência parasitária *herdada* do tsarismo e sua ineficiência e autonomização teriam sido potencializadas pelos problemas enfrentados pela União Soviética em seus primeiros anos. Anos esses marcados pela guerra civil (que não só devastou a economia, como também a vanguarda dos trabalhadores industriais, que foram espalhados pelo país, mortos no *front*, absorvidos pelo aparelho administrativo etc.), pelo isolamento internacional e, sobretudo, pelas condições culturais de um país cuja esmagadora maioria dos habitantes ainda era analfabeta e não tinha a formação necessária para a administração eficiente dos recursos conquistados com a coletivização dos meios de produção. Ao longo de seus últimos anos de vida, Lênin se dedicou a uma “última luta”, conforme a nomeou Moshe Lewin em seu estudo sobre a questão (cf. LEWIN, 2008), contra a “burocratização soviética”, tendo não só encontrado em Trotsky um aliado, mas efetivamente o tendo arrastado para tal luta³.

³ Para uma síntese das análises de Lênin e das suas propostas de reforma delas derivadas, ver Monteiro (2017). Para um estudo detalhado deste e de outros tópicos que integraram a “última batalha” travada por Lênin, já ao final de sua vida, ver Lewin (2008). Para uma coletânea de fontes contendo esses debates, ver Lênin (2012). Também cabe ressaltar que Lênin e Trotsky não foram os únicos a se debruçarem sobre o assunto da “degeneração burocrática”. Ao fim da década de 1910 e começo da década de 1920, ao menos três tendências internas surgiram no Partido Bolchevique, defendendo diferentes propostas contra o que enxergavam serem desvios burocráticos: a “Oposição Operária”, a “Tendência

Ainda que as análises de Trotsky sobre os rumos da sociedade soviética, especialmente as das fases inicial e “intermediária” de seu pensamento, tenham absorvido essas percepções de Lênin, elas contemplam também (e centralmente) a avaliação da burocracia à frente do aparato administrativo enquanto fruto dos problemas enfrentados pela nova formação social. Na concepção de um dos líderes da OE, Christian Rakovski, expressa em 1928 e absorvida por Trotsky, a burocracia havia passado de uma diferenciação inicialmente “funcional” em relação ao restante da sociedade para uma diferenciação cada vez mais “social”, pelo surgimento de interesses próprios, de grupo social (cf. TROTSKY, 2005, p. 117). Não obstante as diferenças em relação à análise de Lênin, as de Trotsky são suas herdeiras, ainda que em sentido mais geral, bem como e, principalmente, são herdeiras da luta antiburocrática travada pelo primeiro em seus últimos momentos de vida. Da mesma forma, também são herdeiras de análises de outros líderes opositores, como o mencionado Rakovski.

Uma vez que essa burocracia se tornava cada vez mais politicamente autônoma em relação às massas proletárias e camponesas, e em que direcionava a administração estatal de acordo com seus interesses enquanto grupo social, a luta por reformas iniciada por Lênin no começo da década de 1920 acabou por assumir caráter de confronto aberto entre alas distintas do PC, já em um momento em que aquele se encontrava impossibilitado de participar ativamente da vida política do partido e do país.

Foi nesse contexto que, em 1923, formou-se a mencionada OE, da qual Trotsky era uma das figuras principais e que tinha como plataforma a retomada da democracia interna do PC e dos soviets, como via de combate às tendências burocratizantes – enfrentando, para tal, o “triunvirato” formado por Stálin-Kamenev-Zinoviev dentro do Comitê Central do partido. Após a derrota da Oposição no XIII Congresso do PC, em 1924, uma nova batalha foi travada entre 1926-27, com a unificação de diversos setores na chamada “Oposição Unificada”, que contava com membros da antiga “Oposição de Esquerda” e, dentre outros, Kamenev e Zinoviev – que haviam então rompido com Stálin e formado a “Nova Oposição”. Mas esta segunda batalha também terminou em derrota, no XV Congresso, realizado em 1927, e levou à expulsão da maioria dos opositores e ao exílio de Trotsky (primeiro deportado para Alma Ata, Cazaquistão, em janeiro de 1928, e depois expulso da União Soviética, no ano seguinte).

Trotsky participou de intensas lutas internas advogando uma posição próxima daquela expressa por Lênin ao longo de 1921-23, e dedicou o resto de sua vida a aprofundar e defender sua política antiburocrática. O que não

Centralismo Democrático” e os “comunistas de esquerda”. Muitos deles se juntaram à OE em 1923 (cf. BROUÉ, 1973, Cap. V e VI).

deve obscurecer o fato de sua posição sobre a autonomização do aparelho de estado soviético e do PC em relação às massas ter sido muito diferente ao longo dos anos de guerra civil (1918-1921). No período em questão, enquanto Lênin se tornava cada vez mais preocupado com essa tendência, Trotsky defendia posições que, na prática, a fortaleceriam, pois advogava abertamente pela nomeação vertical para os órgãos administrativos e de gestão produtiva, além da substituição das massas pelo partido e da militarização do trabalho (cf. DEUTSCHER, 2005, Cap. XIV). Posteriormente, quando Lênin deu início a sua “última luta”, antiburocrática, Trotsky não via a burocratização como um risco de primeira ordem para a nascente sociedade soviética, dado que encarava que a situação seria revertida por meio da recuperação econômica (cf. MCNEAL, 1999, pp. 30-1) – donde, faz sentido afirmar que Lênin “o arrastou” para tal luta.

Não obstante essas questões, Trotsky dedicou quase toda a sua militância ao longo da década de 1920 e parte da década de 1930 a compreender a situação da União Soviética e a lutar por uma reforma do PC e do aparelho de estado. Foi ao longo desses anos de oposição interna que ele formulou os principais elementos de sua análise, alguns dos quais foram mantidos ao longo da fase “madura”, a despeito das importantes alterações que a distinguem das duas primeiras.

O stalinismo dentro e fora da União Soviética: diferentes análises ao longo do tempo

Ao longo desses anos de disputas e de análises, Trotsky foi alterando a forma como definia “stalinismo”, até que este termo adquiriu um caráter mais conceitual na fase “madura” de seu pensamento, em vínculo direto com sua caracterização da formação social soviética. Durante as duas primeiras fases de que fala Anderson, a “inicial” e a “intermediária”, o termo era usado basicamente para se referir à ala do PC soviético ao redor de Iosif Stálin. Nesse sentido, ao longo de 1923-28 (a fase inicial), Trotsky primeiro considerou Stálin e o “stalinismo” o “centro” do partido, gravitando entre as posições da Oposição de Esquerda e da ala “direita”, representada por Nikolai Bukhárin e Nikolai Tomski. Ainda que o considerando dialeticamente fruto e impulsionador de um regime político “burocrático” e “plebiscitário”, no sentido de operar via apelos populares demagógicos, ao longo desses anos, marcados pela luta da OE, a preocupação de Trotsky, conforme ressalta o historiador Robert McNeal (pouco simpático a Trotsky

e a seu pensamento, cabe ressaltar⁴), não era tanto com o stalinismo. **Em alusão à Revolução Francesa, Trotsky qualificou tal processo enquanto uma reação termidoriana – uma caracterização histórica, que localiza a forma como o stalinismo chegou ao poder. E classificou o regime stalinista enquanto bonapartista, por ser marcado por uma autonomização relativa em relação às classes – uma caracterização política, do tipo de regime que o stalinismo constituía.** Assim, preocupavam-no a mencionada ala direita e, especialmente, certos setores extrapartidários, que ele encarava que poderiam substituir o stalinismo no poder – ou por uma “via termidoriana” ou por uma “via bonapartista”⁵ –, levando a uma possível guerra civil e a uma restauração do capitalismo. Esses setores extrapartidários seriam compostos por figuras militares como Mikhail Tukhachevski, por membros do aparato policial, como Genrikh Iagoda, e pelos “desertores” e “traidores” da revolução (cf. MCNEAL, 1999, pp. 30-1).

Esse trecho deveria estar na p. 191. Erro dos editores.

Com o tempo, ainda nesse contexto de luta por reforma, essa definição do stalinismo enquanto o “centro” partidário evoluiu para a de *centrismo*, já na segunda fase de seu pensamento a que se refere Anderson (a “intermediária”, entre 1928-33). Conforme mapeou o pesquisador (e ex-militante do hoje ex-trotskista *Socialist Workers Party* dos Estados Unidos) Thomas Twiss, isso inicialmente significava que, politicamente, o stalinismo gravitava entre o *oportunismo* e o *marxismo* e depois passou a significar que ele gravitava entre o *oportunismo* e o *ultra-esquerdismo* (sectarismo) (2010, p. 533). Foi a partir desse conceito que Trotsky inicialmente explicou os ziguezagues políticos do stalinismo, tanto dentro como fora da União Soviética.

Além dessa inconstância política, que fazia do stalinismo politicamente centrista, ele seria ainda um centrismo especial, de tipo *burocrático*. Pois, gravemente afetado pela burocratização do regime, por um processo de constante retroalimentação, segundo Trotsky, o próprio PC soviético teria sofrido uma grave degeneração burocrática e instituído então um regime não mais de “centralismo democrático”, mas de “centralismo burocrático”. Neste, sua direção reverberava e impunha aos membros políticas que correspondessem aos interesses da burocracia encastelada no aparelho de estado e calava brutalmente qualquer possibilidade de oposição

⁴ Apesar da análise cuidadosa e bem embasada de McNeal, o autor apresenta um quadro muito negativo, e por vezes desdenhoso, acerca do pensamento de Trotsky. Isso acaba fazendo com que ele incorra em várias afirmações pontuais ao longo do texto que simplesmente não se sustentam e, em alguns casos, são contraditas pela sua própria análise. Todavia, este não é o lugar adequado para lidar com tal questão.

⁵ Aqui é importante ressaltar que Trotsky tratava as categorias “bonapartismo” e “termidor” enquanto processos concretos, e não como rígidos esquemas a-históricos, como se fossem etapas. Dessa forma, já em 1931, mesmo antes de passar à noção de que o termidor havia triunfado na União Soviética, ele apontava para a possibilidade de um entrelaçamento de ambas no caso soviético (cf. TROTSKY, 2013a; 2015b).

– ao passo que, no passado, havia plena liberdade de crítica dentro do partido e constantes disputas organizadas na forma de tendências e frações temporárias (cf. TROTSKY, 2013).

A inconsistência política do stalinismo, caracterizada na fase “intermediária” enquanto *centrismo burocrático*, para Trotsky seria decorrente do fato de que suas posições não eram senão a expressão das “necessidades sociais” da burocracia soviética. Esta, conforme se verá em detalhes mais adiante, segundo ele, cumpria uma “dupla função” dentro do “estado operário”: a de manutenção da propriedade coletivizada conquistada pela Revolução e a de árbitro policial ante a desigualdade social existente. Nesse sentido, o stalinismo era tido como o representante político da burocracia estatal no interior do PC (caracterização que foi mantida na fase “madura”). De forma semelhante, no plano internacional, apesar de essa burocracia almejar estabilidade e uma coexistência pacífica com o imperialismo (donde, a “teoria” do “socialismo em um só país”, defendida por Stálin a partir de 1924), visando à estabilidade interna, ela também se via forçada a momentos de ofensiva para se proteger, levando a diversas outras inconsistências da parte do stalinismo dentro do PC e da IC (cf. TROTSKY, 2011, p. 40).

Sobre o papel do próprio Stálin nisso tudo, cabe citar um trecho de síntese, da obra *A revolução traída* (1936). Sendo uma obra da fase “madura”, aqui Trotsky utilizava uma terminologia distinta da de *centrismo* para se referir ao stalinismo, caracterizando-o de *termidoriano*. Mas a citação é pertinente por falar de forma mais direta da ligação entre Stálin e a burocracia, ligação que Trotsky já ressaltava desde a fase “inicial”:

Seria ingenuidade pensar que Stálin, desconhecido das massas, tivesse saído de repente dos bastidores armado com um plano estratégico completo – não. Antes que ele próprio tivesse entrevisto o seu caminho, a burocracia já o tinha escolhido. Stálin apresentava-lhe todas as garantias desejáveis: o prestígio de um velho bolchevique, um caráter firme, uma visão estreita, e uma indissolúvel ligação com as repartições públicas, fonte única da sua influência pessoal. Ele foi, no início, surpreendido pelo seu próprio êxito. Era a unânime aprovação de uma nova camada dirigente que procurava libertar-se tanto dos velhos princípios como do controle das massas e que tinha necessidade de um árbitro seguro nos seus assuntos internos. Figura de segundo plano para as massas e para a revolução, Stálin revelou-se o chefe incontestado da burocracia *termidoriana*, o primeiro dos *termidorianos*. (TROTSKY, 2005, p. 110)

Como os interesses da burocracia soviética faziam com que o stalinismo assumisse um duplo caráter político, ao mesmo tempo progressivo e conservador, Trotsky encarava, na sua fase “intermediária”,

que a IC também se tornara *centrista*, ao ter se transformado em mais um dos instrumentos dessa burocracia. Ela fora fundada em 1919 com a missão de promover a revolução socialista em todo o mundo, a partir da construção de partidos nacionais que seriam seções locais de um verdadeiro partido internacional, democraticamente centralizado (PRADO, 2017). Todavia, dada a enorme influência do PC soviético sobre o aparato dirigente da IC, bem como sua grande dependência material ante a União Soviética, a degeneração desses teria levado também à degeneração de tal organização internacional (TROTSKY, 2013b).

Por meio da chamada política de “bolchevização”, implementada a partir de seu V Congresso Mundial (1924), o corpo dirigente da Internacional impôs aos demais PC o mesmo modelo rígido e altamente burocratizado que passou a vigorar no interior do PC soviético, removendo das direções nacionais, ou mesmo do partido, todos aqueles elementos que fossem (ou pudessem vir a ser) incômodos para a direção internacional. E o fez, invariavelmente, rotulando-os de “trotskistas” – o que passou a ser o grande espantinho utilizado contra os adversários do stalinismo.

A partir dessa transformação do regime interno da IC e dos demais PCs, que passaram a mimetizar o “modelo” burocrático do PC soviético, foi possível a imposição a eles de um programa compatível com o que Trotsky via como um crescente interesse da burocracia soviética em garantir uma “coexistência pacífica” com o imperialismo, a partir de uma estabilização da luta de classes entre capital e trabalho. Daí a ressurreição da *vulgata evolucionista* no interior do nascente movimento comunista, pois, a despeito de ter sido refutada na prática pela experiência revolucionária na Rússia, ela permitia justificar uma política de não enfrentamento do proletariado com a burguesia, uma vez que pressupunha a existência de países não “maduros” para o socialismo, nos quais o proletariado deveria buscar alianças com a burguesia nativa⁶ (cf. BROUÉ, 2007, Cap. 18; 23).

Dessa forma, houve uma clara mudança de linha nos PC da periferia do mundo, os quais assumiram uma política *nacional-reformista*, ao passo que nos países centrais do capitalismo a luta de classes e a perspectiva de uma revolução socialista foi constantemente posta em segundo plano, em prol de medidas de “pressão” sobre as burguesias nativas, visando a uma “defesa” da União Soviética, a “pátria socialista”. Como muitos historiadores de diferentes colorações políticas já apontaram, a IC foi, assim, reduzida a mero braço da política externa do regime da União Soviética, alterando a política dos PC mundo afora de acordo com as suas necessidades de

⁶ A título de exemplo, pode-se apontar, no caso brasileiro, o que os críticos da estratégia etapista do PCB pré-1992 nomearam de “pensamento dualista”, expresso, por exemplo, nas obras de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães (para mais detalhes, cf. MANTEGA, 1984, Cap. 4, seção 1).

preservação — ou, mais precisamente, da preservação da burocracia soviética enquanto grupo social⁷. E, conforme apontou Trotsky, a cada derrota do movimento revolucionário internacional, mais a burocracia soviética se fortalecia, e mais ela conduzia este a novos desastres:

A burocracia soviética ganhava segurança à medida que a classe operária internacional sofria derrotas cada vez mais pesadas. Entre estes dois fatos, a relação não é unicamente cronológica, mas causal e recíproca: a direção burocrática do movimento contribuía para as derrotas; as derrotas fortaleciam a burocracia. (TROTSKY, 2005, p. 108)

Para Trotsky, foi esse o nexos explicativo para dois importantes casos que, sendo à época amplamente criticados pela OE, constituíram-se enquanto um importante divisor de águas entre ela e a direção da IC e do PC soviético. O primeiro trata-se do caso do “Comitê Anglo-Russo”, quando, em 1926, a burocracia sindical britânica sabotou uma greve geral e, não obstante, a União Soviética optou por manter uma frente comum com tal burocracia, organizada no referido Comitê, em vez de denunciá-la ante os trabalhadores britânicos. E o segundo foi o caso da Revolução Chinesa de 1925-27, ante a qual a linha da IC foi de subordinação político-organizativa do PC local ao partido burguês-nacionalista Kuomintang, tendo o líder deste partido, Chiang Kai-shek, inclusive sido aceito como membro na IC. O desfecho do processo foi sangrento, com Kai-shek se virando contra os comunistas chineses após os primeiros anos de aliança, com o objetivo de suprimir o movimento operário, que vinha se fortalecendo em alguns centros industriais (cf. TROTSKY, 2015a, Cap. 3, Parte 6; 2005, p. 167).

O referido caráter centrista do stalinismo é que explicaria políticas tão díspares dentro e fora da União Soviética, que oscilaram entre uma orientação de colaboração de classes e uma orientação revolucionária. Como exemplo desses ziguezagues, pode-se apontar: de um lado, episódios e linhas políticas em que o stalinismo assumiu caráter nacional-reformista, como a “teoria” do “socialismo em um só país” (que afirmava não serem necessárias revoluções nos centros imperialistas para que a União Soviética atingisse o socialismo) e do “socialismo a passos de tartaruga” (a construção lenta do socialismo na União Soviética, por meio do enriquecimento dos proprietários rurais, como fonte de recursos para o estado), proclamadas em 1924; as experiências de colaboração de classes do tipo do referido “Comitê Anglo-Russo”, de 1926, mais tarde consolidadas e generalizadas pelas “Frentes Populares”, de meados dos anos 1930 (as alianças eleitorais

⁷ Como um variado leque de referências que sustentam essa mesma conclusão, pode-se mencionar o trotskista “lambertista” Pierre Broué (2007), o ex-stalinista e um dos fundadores do “eurocomunismo”, Fernando Claudín (2015), o liberal Archie Brown (2009) e o conservador anticomunista Robert Service (2007).

e governamentais para a gestão do estado burguês sob o argumento de frear o avanço do fascismo); e a proclamação, em diferentes momentos, de uma “via pacífica ao socialismo”, baseada em uma “coexistência pacífica” com o imperialismo (ideias geralmente associadas a Nikita Khrushchev, mas que já haviam sido levantadas por Stálin⁸). E, de outro lado, a política de “classe contra classe” do “III Período”, do começo dos anos 1930 (a orientação de que a tomada do poder pelos PC estava na ordem do dia em todo o globo, não se devendo fazer alianças táticas com a social-democracia, então igualada ao fascismo); a campanha contra os “*nepmen*” (empresários surgidos no período da Nova Política Econômica – NEP) e os “*kulaks*” (grandes e médios proprietários rurais), no mesmo período.

Para Trotsky, cada um desses “giros” estava intimamente ligado à defesa dos interesses da burocracia soviética ante diferentes cenários políticos e sociais. Na fase “madura”, ele passou a enfatizar cada vez mais essa noção de uma ligação entre o stalinismo e os interesses materiais da burocracia soviética para explicar tais zigzagues, de forma que encarou que as racionalizações “teóricas” do stalinismo (as quais ele via enquanto uma forma de revisionismo) não passavam de uma máscara para tais interesses, ou “necessidades sociais”, cujo caráter, ainda que contraditório, ele já não mais encarava ser *centrista*, mas sim intensamente marcado pelo *conservadorismo*.

Assim foram explicados giros mais complexos, como, de um lado, o pacto de não-agressão com o nazismo, em 1939, e, de outro, a transformação social operada (militarmente) em parte da Polônia e da Finlândia, como parte desse pacto, visando a criar fronteiras seguras para a União Soviética. Conforme sintetizou em uma passagem de sua obra *A revolução permanente* (1929, uma polêmica com a concepção de “socialismo em um só país” e a estratégia etapista do stalinismo, na qual Trotsky defendeu a sua Teoria da Revolução Permanente):

Já explicamos muitas vezes que esta revisão dos valores foi provocada pelas necessidades sociais da burocracia soviética: tornando-se cada vez mais conservadora, ela aspirava a uma ordem mundial estável; desejava que a revolução terminada, tendo-lhe assegurado uma situação privilegiada, fosse suficiente para a construção pacífica do socialismo e reclamava a consagração desta tese. (TROTSKY, 2005, p. 164)

Foi sob o impacto da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, em 1933, praticamente sem resistência do maior e mais forte PC existente fora da União Soviética, que Trotsky realizou a alteração da caracterização do

⁸ Ver, por exemplo, as entrevistas de Stálin a Elliott Roosevelt (21 de dezembro de 1946) e a Harold Stassen (9 de abril de 1947) (STÁLIN, 1946; 1947).

stalinismo como *centrista*. Conforme observam alguns pesquisadores, tais como McNeal e Twiss, deste ponto em diante, ele praticamente deixou de usar a caracterização do stalinismo enquanto centrismo para descrever sua atuação dentro ou fora da União Soviética.

Em vez disso, reavaliando suas análises anteriores, passou a encarar que a *reação termidoriana* já havia ocorrido na União Soviética, em meados da década de 1920, e que esta havia sido realizada pelo próprio stalinismo. Isso significou um abandono de sua concepção anterior, segundo a qual uma reação termidoriana seria uma via para elementos abertamente restauracionistas do capitalismo tomarem o poder e operarem a mudança nas relações de propriedade e produção. Segundo a nova concepção, “Definimos o *Termidor* soviético como a vitória da burocracia sobre as massas” (TROTSKY, 2005, p. 118) — ou, em outras palavras, a expropriação do poder político do proletariado soviético. Expropriação esta que teria sido fruto da exaustão e desmobilização políticas desse proletariado, em decorrência dos duros anos de guerra civil e do isolamento internacional advindo da derrota da onda revolucionária na Europa (em especial na Alemanha), bem como da destruição física de parte da sua vanguarda na guerra e a absorção da parte restante pela administração estatal (cf. TROTSKY, 2005, pp. 105-11).

Com essa mudança, Trotsky passou a caracterizar o stalinismo enquanto *termidoriano*, sustentando tal caracterização na noção de que, enquanto representante político dos interesses sociais da burocracia, aquele havia levado a cabo um processo de expropriação política do proletariado e, assim, alterado qualitativamente o regime do estado, que teria se tornado, então, um *estado operário (burocraticamente) degenerado*. A esta caracterização de *termidoriano* ele também acrescentou a de *bonapartista*, como forma de definir o tipo de regime — cada vez mais policialesco — que emergiu a partir da “reação termidoriana” levada a cabo pelo stalinismo. Em outras palavras, em sua fase “madura”, ele passou a avaliar que o stalinismo fundiu num mesmo processo dois fenômenos que, no caso da Revolução Francesa, ocorreram em momentos distintos (cf. MCNEAL, 1999, pp. 34-9; TWISS, 2010, p. 556).

É essa mudança, cujo conteúdo será detalhado mais adiante, que marca a passagem do que Anderson encara ser a fase “intermediária” de seu pensamento para a “madura”⁹ (1983, pp. 51-2). Essa mudança foi de grande importância para a OE e a OEI, que então deixaram de lado a estratégia de reforma do aparato de estado soviético, dos PC e da IC, e passaram para um confronto de vida ou morte com o stalinismo (literalmente), por enxergar

⁹ Apesar de reconhecer a mudança em relação à caracterização do papel do stalinismo no plano internacional, Anderson não atenta para a substituição da categoria “centrismo” pela de “bonapartismo”, diferentemente de McNeal e Twiss (ver parágrafos seguintes).

nele não só a principal barreira para o triunfo da revolução mundial, mas também o maior risco de restauração capitalista na União Soviética (não por ser politicamente restauracionista, mas pela forma como conduzia o regime). Sua tarefa a partir de então seria, fora da União Soviética, a de construir novos PC capazes de ganharem a consciência das massas para a revolução socialista. Já dentro daquele país, a de preparar a derrubada revolucionária do regime “bonapartista”, como forma de restabelecer a democracia proletária, por meio do que Trotsky nomeou de uma *revolução política* (no sentido de que realizaria uma mudança de regime político, e não de relações sociais de produção e propriedade). Essa dupla tarefa se tornou a razão de ser da IV Internacional, quando esta foi fundada, cinco anos depois, em 1938 (cf. TROTSKY, 2008).

Segundo McNeal, todavia, tal mudança de caracterização do stalinismo, de *centrista* para *termidoriano/bonapartista*, teria ocorrido “silenciosamente”, simplesmente desaparecendo o primeiro termo dos escritos de Trotsky de outubro de 1933 em diante (cf. MCNEAL, 1999, pp. 34-9). Isto não é de todo verdade, uma vez que, conforme ressalta Twiss, Trotsky observara, em *O estado operário, termidor e bonapartismo* (fevereiro de 1932), que, “Conforme a burocracia se torna mais independente, conforme mais e mais poder é concentrado nas mãos de uma única pessoa, mais o *centrismo burocrático* se transforma em bonapartismo” (*apud* TWISS, 2010, p. 556)¹⁰. Assim, Twiss (2010, p. 556) afirma que, a “crescente ênfase [de Trotsky] acerca do papel ativo do regime bonapartista substituiu em grande parte o papel passivo sugerido por sua análise anterior do centrismo burocrático”.

Se Trotsky indicou, em alguns textos do começo da década de 1930, que ele estava operando uma mudança em sua análise e caracterização do stalinismo, isso não foi feito de maneira suficientemente clara, gerando confusão até mesmo nas fileiras da OEI. Conforme dito pelo próprio, em uma carta de outubro de 1937 ao dirigente norte-americano James P. Cannon: “Alguns camaradas continuam a caracterizar o stalinismo como ‘centrismo burocrático’. Essa caracterização está hoje completamente ultrapassada. *Na arena internacional, o stalinismo não é mais centrismo, mas a forma mais crua de oportunismo e social-patriotismo.*” (TROTSKY, 1978, p. 478, ênfase adicionada) Ainda assim, tal passagem consiste em um diminuto “P.S.”, ao fim de uma carta sobre um assunto distinto, endereçada a um dos dirigentes da seção da IV Internacional nos Estados Unidos.

Apesar dessa nova caracterização, quando a União Soviética invadiu partes da Polônia e também a Finlândia, em fins de 1939, Trotsky antecipou,

¹⁰ Cabe ressaltar que, além de tal equívoco, McNeal encara que o uso que Trotsky fez das categorias “termidoriano” e “bonapartista” para caracterizar o stalinismo era basicamente “acusatório”, carecendo de base analítica – o que não se sustenta, conforme demonstra o estudo de Twiss (2010).

no texto *A URSS na guerra* (de setembro de 1939, compilado em TROTSKY, 2011), a possibilidade de o stalinismo cumprir ali um papel revolucionário – pois seria necessário haver compatibilidade entre as relações sociais nas quais se sustenta a burocracia soviética e aquelas dos territórios porventura anexados por ela. Todavia, ressaltou que, caso isso ocorresse, seria por meios que ele nomeou de “burocrático-militares”, no sentido de que a “expropriação dos expropriadores” seria “indubitavelmente” acompanhada, “no dia seguinte”, de “desapiedosas medidas policiaiscas, visando a assegurar a predominância da burocracia sobre as massas revolucionárias vigilantes” (TROTSKY, 2011, p. 40).

De forma semelhante, mesmo quando passou a encarar o papel do stalinismo no nível internacional como marcadamente conservador, e mesmo “a forma mais crua de oportunismo e social-patriotismo”, conforme visto acima, Trotsky não descartou de todo a possibilidade de stalinistas (e reformistas), “sob circunstâncias excepcionais”, irem “além de seu programa” e de fato dirigirem uma revolução social vitoriosa (ainda que com deformações significativas). Conforme certa passagem do *Programa de Transição*, o manifesto programático da IV Internacional (1938):

É possível a criação de tal governo [“operário e camponês”, aqui compreendido enquanto sinônimo de ditadura do proletariado] pelas organizações operárias tradicionais? A experiência anterior mostra-nos, como já vimos, que isto é, pelo menos, pouco provável. *É, entretanto, impossível negar categóricamente e antecipadamente a possibilidade teórica de que, sob a influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, quebra financeira, ofensiva revolucionária das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, incluídos aí os stalinistas, possam ir mais longe do que queriam no caminho da ruptura com a burguesia.* Em todo caso, uma coisa está fora de dúvida: se mesmo esta variante pouco provável se realizasse um dia em algum lugar, e um “governo operário e camponês”, no sentido acima indicado, se estabelecesse de fato, ele somente representaria um curto episódio em direção à ditadura do proletariado. (TROTSKY, 2008, p. 52, ênfase adicionada)

Essas análises mostram que a caracterização que Trotsky fazia do stalinismo estava longe de ser estática. Além de ter alterado suas análises ao longo do tempo, conforme novos eventos impunham reconsiderações, ele buscava sempre partir das determinações materiais básicas por detrás das ações do stalinismo, especialmente daquilo que encarava ser um papel social *dual* da burocracia soviética, buscando compreender os ziguezagues políticos sob cada conjuntura particular. Se, ao invés, se pautasse pelas posições políticas episódicas assumidas pelo stalinismo para defini-lo, teria criado uma categoria rígida, incapaz de dar conta das contradições concretas que permeavam a ação daquele.

A União Soviética enquanto estado operário (burocraticamente) degenerado

Com as contínuas derrotas sofridas pelos que defendiam a perspectiva de reforma do aparelho de estado soviético, e com o fortalecimento das tendências burocratizantes, a partir de 1933, Trotsky encarou que tais tendências haviam se consolidado, com o acúmulo de mudanças quantitativas tendo assumido um caráter de transformação qualitativa –o que foi primeiramente expresso na obra *A natureza de classe do estado soviético* (1933). Segundo ele, aquelas “deformações burocráticas”, detectadas por Lênin no início dos anos 1920, teriam crescido e se solidificado, levando a um novo regime jurídico-político, mas ainda assentado sobre as bases sociais estabelecidas a partir da Revolução.

Tal regime seria caracterizado, de um lado, pela *expropriação do poder político* do proletariado pela burocracia do estado e do partido (então já praticamente uma só) e, por outro lado, pela manutenção da forma coletivizada (estatal) da propriedade dos meios de produção e pela planificação da economia. Isso o levou a qualificar a União Soviética como um *estado operário degenerado*, em decorrência dos seguintes fatores centrais:

Aqui é que deveria estar o trecho destacado da pg. 183

"Em alusão à Revolução Francesa, Trotsky qualificou tal processo enquanto uma reação termidoriana – uma caracterização histórica, que localiza a forma como o stalinismo chegou ao poder. E classificou o regime stalinista enquanto bonapartista, por ser marcado por uma autonomização relativa em relação às classes – uma caracterização política, do tipo de regime que o stalinismo constituía."

1) Aqueles traços que em 1920 constituíam uma “deformação burocrática” do sistema soviético se transformaram agora num regime burocrático independente, que devorou os soviéticos; 2) A ditadura da burocracia, incompatível com as tarefas internas e internacionais do socialismo, introduziu e continua introduzindo deformações profundas na vida econômica do país; 3) basicamente, no entanto, o sistema da economia planificada, sobre a base da propriedade estatal dos meios de produção, conservou-se, e continua sendo uma conquista colossal da humanidade. (*De um arranhão ao perigo de gangrena*, jan. 1940, in TROTSKY, 2011, pp. 166-7)

Essas novas análises, da fase “madura” de seu pensamento, estão melhor desenvolvidas na sua obra de 1936, *A revolução traída* – O que é e para onde vai a URSS?. Esta foi preparada durante seu exílio na Noruega, sob impacto da preparação e posterior promulgação de uma nova Constituição para a União Soviética, a qual acabou por reverter uma série de conquistas da Revolução de Outubro, tendo precedido em poucas semanas o início dos chamados “Processos de Moscou” (os expurgos da velha guarda do Partido Bolchevique, levados a cabo por Stálin e seus aliados). Outro evento marcante desse momento de reflexões de Trotsky foi a Revolução Espanhola, sobre a qual ele escreveu ativamente (até o momento em que lhe foi imposto um total isolamento por parte do governo

norueguês), enfatizando o que encarou ser um nefasto papel de colaboração de classes e sabotagem da revolução socialista por parte da União Soviética e dos stalinistas do estado espanhol (cf. TROTSKY, 2014).

Outra importante fonte dessa fase “madura” são alguns de seus escritos de 1939-40, produzidos no contexto de uma disputa dentro da seção estadunidense da IV Internacional (organização sucessora da OE/OEI), contra a tendência Burnham-Carter-Shachtman-Abern, e posteriormente compilados na obra *Em defesa do marxismo* (2011). A referida tendência era um agrupamento heterogêneo, que defendia o abandono da caracterização da União Soviética enquanto “estado operário”, por avaliar que a burocracia havia se tornado uma classe dominante, mas que não apresentava uma caracterização alternativa. Com isso, optou por centrar seus esforços em alterar a linha do “defensismo revolucionário” (ver parágrafo seguinte), por entender que a União Soviética não deveria mais ser defendida contra investidas imperialistas¹¹.

Dos três pontos elencados na citação extraída de “De um arranhão ao perigo de gangrena” se pode ver que a nova caracterização feita por Trotsky da União Soviética como um *estado operário (burocraticamente) degenerado* consistia em uma definição dupla, que abarcava simultaneamente o *caráter de classe* e o *regime político* da formação social soviética. Apesar da mudança de regime para a qual apontava enquanto uma “degeneração burocrática”, Trotsky encarava que o caráter de classe proletário do estado não havia se alterado. Daí advinha sua política de “defensismo revolucionário”, que consistia em defender a União Soviética de possíveis ataques do imperialismo, tomando o aspecto militar tático do regime, por ponderar que tais ataques, caso concretizados, incidiriam sobre as formas de propriedade estabelecidas pela Revolução, a qual ele considerava o maior ganho a ser preservado, a despeito de sua oposição ao regime (cf. TROTSKY, 2011, pp. 152; 167).

Por sua vez, a análise de Trotsky acerca do caráter de classe do estado se baseava em dois eixos explicativos que se complementavam: a ideia de que as formas de propriedade da União Soviética não haviam sido alteradas pelo processo de degeneração burocrático; e de que a burocracia governante à frente do regime bonapartista não era uma nova classe, mas sim uma *casta* originada a partir da classe proletária.

Em uma passagem sintética de *A revolução traída*, Trotsky afirmou que “a nacionalização da terra, dos meios de produção industrial, dos transportes e de troca junto com o monopólio do comércio exterior constitui

¹¹ Apenas após romper com a IV Internacional, em 1940, é que uma parte desta tendência, agrupada em torno de Max Shachtman, em seu recém-fundado *Workers Party*, formulou a teoria alternativa do “coletivismo burocrático”, que caracterizava a União Soviética como uma formação social de novo tipo, marcada pela existência de uma nova forma de classe exploradora, a burocracia, assentada sobre a propriedade estatal (SHACHTMAN, 1962).

a base da sociedade soviética” (TROTSKY, 2005, p. 223). Essas relações de propriedade, marcadas pela coletivização dos meios de produção realizada pela Revolução, seriam para ele a principal base para a definição do caráter de classe *proletário* da formação social soviética, independente do seu regime político. Conforme afirmou em *Um estado não operário e não burguês?* (nov. 1937, in TROTSKY, 2011)¹², para ele, “a natureza de classe do estado define-se não por suas *formas políticas*, mas sim por seu *conteúdo social*, ou seja, pelo caráter das formas de propriedade e das relações de produção que o estado em questão protege e defende” (TROTSKY, 2011, p. 256).

Trotsky ainda fundamentou sua definição do caráter de classe da União Soviética em alguns argumentos lógicos, os quais possuíam um grande peso político para os socialistas revolucionários, demonstrando, assim, o quão entrelaçada estava sua análise com seu *programa*. Partindo da premissa anterior, afirmou que, caso a burocracia fosse derrubada por um partido proletário revolucionário, este teria como tarefas principais o restabelecimento da democracia nos sindicatos e nos soviets, o restabelecimento das liberdades dos partidos soviéticos (isto é, aqueles que defendem as conquistas da revolução) e o expurgo da burocracia de tipo parasitária dos aparelhos do estado. Entre suas tarefas não constaria, portanto, uma alteração das formas de propriedade então vigentes, donde a caracterização dada a tal processo/estratégia de *revolução política* – sendo esta a estratégia defendida pela IV Internacional em relação às tarefas políticas no interior da União Soviética (cf. TROTSKY, 2005, p. 226; 2008, pp. 70-1).

Já no caso de ser um partido burguês contrarrevolucionário a derrubar a burocracia, este teria como tarefa principal uma *contrarrevolução social*, que restaurasse a forma privada de propriedade dos meios de produção e restabelecesse um estado burguês (cf. TROTSKY, 2005, p. 227). Donde, Trotsky afirmar, certa vez: “Stálin derrubado pelos trabalhadores: é um grande passo para o socialismo. Stálin eliminado pelos

¹² Trata-se de uma polêmica contra James Burnham e Joseph Carter, quadros do grupo trotskista dos Estados Unidos, no contexto da pré-convenção de fundação do *Socialist Workers Party* daquele país, que veio a ser uma das principais seções da IV Internacional. À época, Burnham e Carter eram a favor do abandono da caracterização da União Soviética como estado operário, mas pela manutenção da política de defesa dela contra ataques imperialistas, pois, contraditoriamente, afirmavam que as bases sociais estabelecidas pela Revolução Soviética permaneciam inalteradas, não tendo havido uma reconversão em estado burguês. Seu ponto-chave naquele momento era a defesa da ideia de que a burocracia soviética havia se tornado uma nova classe exploradora. Não tendo conseguido a mudança de posição dos trotskistas dos Estados Unidos nessa ocasião, retomaram a ofensiva em prol de suas posições em 1940, através da anteriormente mencionada tendência Burnham-Carter- Shachtman-Abern, no interior da qual Burnham se destacava por uma defesa do abandono do materialismo dialético, não compartilhada pelos demais.

imperialistas: é a contrarrevolução que triunfa” (*Uma vez mais, a União Soviética e a sua defesa*, de novembro de 1937, cf. TROTSKY, 2011, p. 254).

Estruturando essa análise na noção de que as formas de propriedade estabelecidas pela Revolução não haviam sido alteradas, em diversos momentos Trotsky precisou argumentar contra aqueles que buscavam igualar essa propriedade coletivizada à prática de estatização por vezes adotada por governos em estados capitalistas. Contra este tipo de posição – então expressa sobretudo pelo dissidente comunista italiano Bruno Rizzi e sua teoria da “burocratização do mundo” –, um de seus principais argumentos apontava para a necessidade de se distinguir entre uma expropriação econômica da burguesia, que eliminasse assim o capital como relação social, e uma medida pontual de estatização. Esta última, argumentou em *Balanço dos acontecimentos finlandeses* (abr., in TROTSKY, 2011), seria frequentemente adotada pela própria burguesia, com a intenção de salvar a economia capitalista de uma crise e, conseqüentemente, “frear o desenvolvimento da técnica, sustentando empresas inviáveis e mantendo camadas sociais parasitárias” (TROTSKY, 2011, p. 222)¹³.

Muitos que realizaram e continuam a realizar uma aproximação entre propriedade socializada e estatização no contexto capitalista fazem por vezes a equiparações entre a economia soviética e o estatismo fascista (como na teoria do “totalitarismo”, popularizada por Hannah Arendt e muito presente na chamada “soviologia” – os estudos históricos e sociológicos da época da guerra fria, marcadamente anticomunistas)¹⁴. Trotsky, por sua vez, apontou que, mesmo no contexto do “III Reich”, as estatizações em larga escala faziam do estado não um proprietário das empresas, “mas apenas um *intermediário* entre seus proprietários” (TROTSKY, 2011, p. 222, ênfase adicionada) – a burguesia alemã. Esta, argumentou ele, continuou a existir enquanto classe independentemente da autonomização do estado sob o regime fascista e da eliminação (até mesmo física) de membros individuais e mesmo de algumas de suas frações.

¹³ Ao contrário da sua avaliação acerca dos efeitos da estatização capitalista, Trotsky encarava que a coletivização (socialista) da propriedade representava um avanço no desenvolvimento das forças produtivas, se comparado aos padrões capitalistas, por resolver a contradição entre o caráter coletivo da produção e o caráter privado da apropriação – ponto nodal da defesa marxista do socialismo. Nesse sentido, o primeiro capítulo de *A revolução traída* é dedicado justamente a realizar um balanço dos avanços produtivos obtidos pela União Soviética a partir da Revolução de Outubro (cf. TROTSKY, 2005, Cap. I).

¹⁴ Além de Arendt e da escola totalitarista, predominante na chamada “soviologia” da década de 1940-50 (cf. MONTEIRO, 2015), podem-se mencionar também as diferentes teorias do “capitalismo de estado”, como a dos seguidores dos dissidentes trotskistas Max Schachtman e Tony Cliff (cujas teorias diferem em certos aspectos); a dos maoístas; ou a de setores do chamado “comunismo de esquerda”, ou “conselhismo”, como Otto Rühle e Anton Pannekoek. Para mais detalhes, ver Linden (2007).

Diferentemente, na União Soviética, para Trotsky, teria ocorrido a expropriação da burguesia *como classe* e a conseqüente eliminação do capital privado, ocasionada pela concentração da propriedade coletivizada sob a administração estatal. Dessa forma, conforme apontou em *A revolução traída*, era o estado que desempenhava funções de “comerciante, banqueiro e industrial universal” (TROTSKY, 2005, p. 90), impedindo assim o acúmulo individual de dinheiro para reinvestimento produtivo (ou mesmo especulativo, salvo em ações periféricas como trocas no mercado negro). Conseqüentemente, estaria impossibilitada a concretização do que Marx nomeou de “fórmula geral do capital”, inviabilizando a formação (ou ressurgimento) de uma classe capitalista/burguesa nativa (MARX, 2013, Cap. IV).

Isso porque, não obstante o dinheiro ter sido restabelecido na sociedade soviética ao fim da guerra civil, ele funcionava apenas como medida de valor para a realização de trocas (função de equivalente universal), sendo impossibilitada, pela forma coletivizada da propriedade e pelo controle estatal dos preços e do sistema financeiro, sua transformação em capital. Em determinado momento da vigência da planificação estatal, os salários chegaram até mesmo a perder qualquer base real de cálculo de valor em sua forma monetária, uma vez que eram politicamente determinados – o que teria ocasionado problemas sérios de produtividade devido ao desestímulo dos trabalhadores em produzir mais e melhor, dado que isso não influía no salário e também não havia muita variedade de bens de consumo (especialmente de qualidade) para serem obtidos¹⁵ (cf. TROTSKY, 2005, pp. 90; 94).

Sociedade de transição e o duplo caráter do estado soviético

Ao mesmo tempo em que Trotsky argumentou contra aqueles que a definiam como uma forma de “capitalismo de estado” (ou de categorias equivalentes, como “coletivismo burocrático”), não a diferenciando qualitativamente dos países capitalistas, também combateu as alegações do regime stalinista de que a União Soviética seria “socialista”. Em verdade, pode-se afirmar que *A revolução traída* é em grande parte uma resposta a estas alegações. Tal caracterização da União Soviética como sendo um país “socialista” foi oficialmente proclamada pelo regime em 1931 (TROTSKY, 2005, p. 84), e também foi amplamente reproduzida pela literatura acadêmica, ainda que às vezes sendo adaptada, especialmente pelos críticos anticomunistas, por meio do termo “socialismo real”.

¹⁵ Essa questão, cabe destacar, é apontada por diferentes analistas como uma das causas da chamada “estagnação” do período Brejnev, quando as taxas de crescimento da economia soviética passaram a cair cada vez mais, até o momento do colapso ao fim do século (cf. MEYER, 1995; LEWIN, 1988; TICKTIN, 2016).

A essa terminologia e autocaracterização do regime Trotsky contrapôs a impossibilidade, apontada nas obras dos próprios Marx e Engels, de se considerar enquanto socialista uma formação social cujo desenvolvimento das forças produtivas era inferior à daquelas capitalistas e que estava isolada em um único país, sitiado pelo mercado capitalista mundial. Dentro da tradição marxista clássica, considerou-se *socialismo* uma fase de desenvolvimento de duração imprecisa, na qual a burguesia teria sido eliminada do poder político e econômico, mas ainda existiriam desigualdades sociais herdadas do capitalismo que necessitariam ser superadas para se atingir o comunismo. Ademais, sendo o capitalismo um sistema global, também seria imprescindível para se atingir o socialismo que se alcançasse tal patamar¹⁶.

Nesse sentido, Trotsky caracterizou a formação social soviética enquanto uma *transição* entre o capitalismo e o socialismo, na qual ainda predominava uma profunda desigualdade social, decorrente do incipiente desenvolvimento de suas forças produtivas e reforçada pelo isolamento internacional (cf. TROTSKY, 2005, pp. 74-5). Seria nessa situação de *escassez* que se encontraria para Trotsky a base social da degeneração burocrática da União Soviética – sendo ela, portanto, fruto de uma nova situação histórica, e não mera reminiscência do passado “potencializada”, como pensara Lênin.

Segundo sua análise, todavia, essa condição de desigualdade social a que estava submetida a União Soviética, apesar de potencializada pelo seu isolamento, também se faria presente em muitos outros casos de transição ao socialismo. Dessa forma, um “estado operário”, fosse saudável ou burocratizado, necessitaria de um *direito desigual* para dar conta da desigualdade social existente. Marx e Engels chamaram a atenção para tal fato, quando afirmaram que “*Direito igual* aqui [em uma sociedade de transição] ainda é, em princípio, *direito burguês*”, pois, “com um desempenho igual do trabalho e, conseqüentemente, uma parte igual do fundo social de consumo, um receberá, na verdade, mais do que outro (...). Para evitar todos esses defeitos, o direito, ao invés de ser igual, precisaria ser desigual” (*Crítica ao Programa de Gotha*, apud BRUCE, 2015, p. 5).

Esse direito desigual – “burguês”, conforme Trotsky se refere a ele, por pressupor “a cada um segundo seu trabalho”, e não “a cada um segundo sua necessidade” – se materializaria, sobretudo, na forma da *lei do valor* – as “normas burguesas de distribuição” anteriormente mencionadas, no sentido da distribuição dos produtos se dar via transformação destes em mercadorias, a serem trocadas (fosse por dinheiro ou outra medida de valor) de acordo com o valor médio socialmente necessário para produzi-las – e na

¹⁶ Para uma discussão acerca de como tal distinção se fez presente nas obras de Marx e Engels, ver Lênin (2005, Cap. V da primeira obra).

sua proteção pelo “estado operário”. Nesse sentido, Lênin afirmara que, ao longo do período de transição, “não só o direito burguês, mais, ainda o estado burguês, sem burguesia, subsistem” (LENIN, 2005, p. 104), uma vez que esta classe teria sido expropriada, mas permaneceriam por algum tempo as normas tipicamente capitalistas de distribuição do sobreproduto. Tal situação só seria alterada se houvesse abundância para que se atingisse a célebre fórmula de Marx, “de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades” e, assim, se desse a passagem para a “etapa superior” do comunismo (cf. LENIN, 2005, pp. 104-5).

Essa situação estrutural indicava, portanto, que uma formação social de transição entre o capitalismo e o socialismo é, necessariamente, marcada por uma constante contradição na qual tendências estruturais opostas se chocam. Ao ser perpassado por tal contradição, argumentou Trotsky, o “estado operário” assumiu um “duplo caráter”, ao mesmo tempo “socialista”, decorrente da propriedade coletivizada, e “burguês”, decorrente da permanência da lei do valor, derivada do desenvolvimento econômico ainda insuficiente (cf. TROTSKY, 2005, p. 79).

A essa situação, no caso concreto da União Soviética, somava-se o fato de aquela formação social se encontrar sob um verdadeiro cerco imperialista, que exercia pressões diversas sobre ela. Ante este cenário, Trotsky encarou que o estado, por meio de sua burocracia, havia se tornado um “mecanismo de transmissão do imperialismo”:

O proletariado da União Soviética domina em um país que não representa mais do que 1/12 avos da humanidade; o imperialismo domina os outros 11/12 avos. A dominação do proletariado, já deformada pelo atraso e pobreza do país, está ainda duas ou três vezes mais deformada pela pressão do imperialismo mundial. O órgão de dominação do proletariado — o estado — converte-se, assim, em órgão da pressão do imperialismo (a diplomacia, o comércio exterior, as ideias e os costumes). Na escala histórica a luta pela dominação não se dá entre o proletariado e a burocracia, mas sim entre o proletariado e a burguesia mundial. Nesta luta a burocracia não é mais do que um mecanismo de transmissão. (*Um estado não operário e não burguês* - TROTSKY, 2011, p. 266)

Reação termidoriana e stalinismo enquanto regime de crise (bonapartismo)

Conforme essa análise, a burocracia de qualquer “estado operário” seria, assim, a “guardiã do direito burguês”, atuando enquanto uma atenuadora dos antagonismos sociais pela coerção (cf. TROTSKY, 2005, pp. 123; 76; 78). A posição extremamente autonomizada que a burocracia assumira na União Soviética, todavia, não seria normal no estado operário,

o qual deveria se dissolver progressivamente, acompanhando o desenvolvimento das forças produtivas e a conseqüente eliminação das desigualdades sociais. Pois, conforme aumentasse a abundância econômica, tornar-se-ia cada vez mais supérflua a necessidade de um organismo de coerção com fins de mediar conflitos gerados pela desigualdade social (cf. TROTSKY, 2005, pp. 79-80).

Como se viu, a situação estrutural da União Soviética enquanto uma sociedade de transição, por si só, já fornecia perigosas contradições para uma possível degeneração burocrática. Mas, para Trotsky, segundo suas análises da fase “madura”, o processo concreto de encastelamento dessa burocracia no estado soviético e sua extrema autonomização em relação às massas, fatores que iam na contramão das expectativas teóricas, seria fruto tanto de elementos estruturais, peculiares à Rússia, quanto de elementos conjunturais e políticos.

O principal deles seria o fato de o Império Russo possuir uma economia marcadamente “atrasada” em comparação com as demais potências imperialistas da época, a qual se degradou ao extremo ao longo dos anos de participação na I Guerra Mundial e da guerra civil que se seguiu à Revolução. Economia esta baseada em uma vasta massa camponesa analfabeta, com apenas alguns poucos núcleos urbanos fabris. Além desses elementos estruturais/econômicos, Trotsky enumerou ainda como influências importantes a queda da participação política do proletariado nos órgãos de massa de tipo soviético, fruto dos duros anos de guerra civil, e o isolamento internacional do país, ante a derrota de outros processos revolucionários (cf. TROTSKY, 2005, pp. 107-8).

Ele considerou ainda o papel desempenhado por medidas antidemocráticas, inicialmente planejadas como temporárias, que acabaram por alimentar ainda mais a situação de “deformação burocrática” em curso. Dentre estas, a proibição das frações internas no partido governante e a supressão de diversas liberdades civis no decurso da guerra contra a reação burguesa (TROTSKY, 2005, pp. 112-3)¹⁷ – as quais o stalinismo transformou todas em dogmas organizativos de seu rígido modelo de partido e de regime político estatal. Ademais, também apontou que, mesclada à degeneração burocrática do estado, teve lugar uma degeneração do partido à frente do regime, que se tornou cada vez mais o

¹⁷ Cabe lembrar o fato frequentemente “esquecido” por aqueles hostis à Revolução Soviética, ou realmente desconhecido por muitos, de que chegou a haver uma democracia pluripartidária após outubro de 1917, expressa na presença de representantes do partido menchevique e da ala direita do partido SR tanto nos soviets quanto no próprio Comitê Executivo Central, órgão máximo de governo. No caso dos SR, foram os próprios que se retiraram do governo: a ala direita, em março de 1918, após o Tratado de Brest-Litovski, e a ala esquerda após o V Congresso dos Sovietes (julho de 1918), em que ficaram em minoria (tendo então passado a insurreições armadas e atentados a dirigentes bolcheviques, como ao próprio Lênin) (cf. JOHNSTONE, 1985, p. 133).

porta-voz da burocracia estatal e da nova aristocracia operária (*stakhanovistas*) (cf. TROTSKY, 2005, pp. 82-3).

Para Trotsky, eram essas as bases econômicas e políticas da forma extrema de autonomização atingida pela burocracia soviética, a qual ele caracterizou como um tipo novo de *regime bonapartista*, assentado sobre e moldado pelas relações sociais decorrentes do predomínio da propriedade coletivizada. Conceitualmente, esse bonapartismo *sui generis* seria justamente o *stalinismo*:

O cesarismo – ou a sua forma burguesa, o bonapartismo – entra em cena na história *quando a áspera luta entre dois adversários parece elevar o poder acima da nação e assegura aos governantes uma independência aparente relativamente às classes*, não lhes deixando, na realidade, mais do que a liberdade de que precisam para defender os privilegiados. O regime stalinista, elevando-se acima de uma sociedade politicamente atomizada, apoiando-se na polícia e no corpo de oficiais, sem tolerar controle algum, é obviamente uma variação do bonapartismo – um bonapartismo de novo tipo, nunca visto antes na história. O cesarismo nasceu em uma sociedade baseada na escravatura e abalada por lutas intestinas. O bonapartismo foi um dos instrumentos do sistema capitalista nos seus períodos críticos. *O stalinismo é uma variedade, mas sobre as bases de um estado operário, dilacerado pelo antagonismo entre a burocracia soviética organizada e armada e as massas laboriosas desarmadas.* (TROTSKY, 2005, p. 244, ênfase adicionada)

Todos esses elementos teriam originado o stalinismo enquanto um *regime de crise*, conforme Trotsky o descreveu, caracterizado pela autonomização do estado em uma formação social de caráter proletário. Regime este que teria se constituído por um processo de *reação termidoriana*, isto é, “a vitória da burocracia sobre as massas”, mas na forma da “reação ainda estrangida a vestir as roupas da revolução” (TROTSKY, 2005, pp. 117; 162).

Caracterizando o stalinismo enquanto um “regime de crise”, Trotsky o via como um fenômeno necessariamente excepcional e transitório/temporário, algo que não poderia durar muito: “O bonapartismo, por sua própria essência, não pode manter-se por muito tempo” (TROTSKY, 2013c; ver também 2011, pp. 26-35). Ou ele seria derrubado pela revolução política ou pelo impulso de uma revolução mundial, e não passaria de um incidente no caminho da humanidade para o socialismo, ou seria derrubado por uma contrarrevolução capitalista (cf. TROTSKY, 2005, pp. 226-7). Daí, inclusive, sua recusa em caracterizar a burocracia soviética como uma nova classe social: “Não ficaremos em uma

posição ridícula se justamente alguns anos antes ou alguns meses antes da queda desonrosa da oligarquia bonapartista lhe dermos a denominação de nova classe dirigente?” (*A URSS na guerra* in TROTSKY, 2011, p. 35).

A burocracia soviética enquanto casta

A análise aqui apresentada não deixa de suscitar o questionamento se a burocracia não seria uma nova *classe proprietária*, utilizando sua posição de administradora no estado para se apossar coletivamente dos meios de produção, caracterizando-se assim enquanto uma “burguesia estatal” ou uma nova classe equivalente. Tal questionamento não é despropositado, uma vez que a posição privilegiada da burocracia inegavelmente lhe possibilitou uma retenção de parte do sobreproduto soviético, que era adicionada ao seu rendimento, proporcionando-lhe assim regalias diversas – ao passo que muitos operários recebiam apenas um salário mínimo vital. Trotsky reconhecia essa realidade, mas não via nela prejuízos para sua caracterização da União Soviética e do stalinismo, ainda que seja uma das principais fontes de críticas a ela (cf. TROTSKY, 2005, pp. 218-9).

Dada a importância de uma caracterização precisa do que era a burocracia soviética, ele dedicou a esta questão uma profunda atenção. Para analisar a burocracia, ele partiu do princípio segundo o qual “as classes são definidas pelo seu lugar na economia do sistema social e, antes de tudo, pela sua relação com os meios de produção” (TROTSKY, 2005, p. 223). Nesse sentido, afirmou que, apesar da sua considerável autonomia política e das diferenças estruturais entre as formações sociais, a burocracia soviética estava no mesmo patamar social que a burocracia capitalista – especialmente aquela dos regimes fascistas, marcados por uma autonomização atípica da superestrutura frente às relações de produção e a classes sociais conflitantes (cf. TROTSKY, 2005, p. 223).

Segundo ele, a caracterização da burocracia enquanto categoria social se daria pela sua existência enquanto grupo que não desempenha funções diretamente produtivas, e sim funções de comando e administração. No caso da burocracia soviética, esta seria uma “casta dirigente” que teria se destacado do restante do proletariado, ao se autonomizar e passar a atuar segundo seus interesses, distintos daqueles da classe proletária (cf. TROTSKY, 2005, pp. 142-3).

Essa autonomização teria assumido formas particulares devido à especificidade de a União Soviética ser um “estado operário” e, conseqüentemente, seu aparelho administrativo estar diretamente ligado à gestão dos meios de produção. Uma vez beneficiada pela sua relação privilegiada com a riqueza produzida, a burocracia teria consolidado tal

autonomização pela expropriação definitiva do poder político do proletariado (cf. TROTSKY, 2005, p. 224). Entretanto, ela não teria alterado a forma coletivizada da propriedade, o que implicaria a legalização da sua *posse* por indivíduos ou grupos seletos, no lugar de sua *administração* à revelia de formas democráticas de controle pelo proletariado.

Assim, Trotsky concluiu que “a burocracia não criou uma base social para a sua dominação, sob a forma de condições particulares de propriedade”, dependendo, portanto, da defesa das formas de propriedades estabelecidas pela Revolução e se estabelecendo de forma distorcida enquanto “um instrumento da ditadura do proletariado” (TROTSKY, 2005, p. 224). Como consequência de não ter alterado as formas de propriedade, a burocracia carecia de algo essencial a qualquer classe dominante, isto é, a sua capacidade de se reproduzir socialmente a partir das relações com os meios de produção:

A burocracia não tem títulos nem ações. Ela é recrutada, suplementada e renovada como uma hierarquia administrativa, independentemente de qualquer relação de propriedade particular. O burocrata não pode transmitir aos seus herdeiros o seu direito à exploração do estado. Os privilégios da burocracia são os abusos do poder. Ela esconde os seus rendimentos. Dissimula ou finge não existir como grupo social. *O seu domínio sobre uma parte enorme do rendimento nacional é um caso de parasitismo social.* (TROTSKY, 2005, p. 224, ênfase adicionada)

A partir dessa situação altamente contraditória, Trotsky encarava que, por um lado, a burocracia era obrigada a defender as formas de propriedade características do “estado operário” (“degenerado”), por delas depender sua existência. Mas, por outro, avaliava também que, com o tempo, essa burocracia tenderia a se cindir em frações interessadas em uma maior estabilidade e, portanto, na expropriação desses meios de produção e no (r)estabelecimento da propriedade privada e do capitalismo. Tendência esta determinada pela contradição entre o contínuo desenvolvimento das forças produtivas, que estaria “preparando as bases econômicas do socialismo”, e as normas de distribuição do produto social, “cada vez mais burguesas”, em benefício dos cumes da “casta burocrática”. Tal situação contraditória, afirmou, não poderia se prolongar indefinidamente:

Duas tendências opostas estão crescendo no interior do regime soviético: ao contrário do capitalismo decadente, ele desenvolve as forças produtivas, está preparando as bases econômicas do socialismo, e levando ao extremo, para benefício dos altos dirigentes, as normas mais burguesas de distribuição, está preparando a restauração capitalista. A contradição entre as formas de propriedade e as normas de distribuição não pode

crescer indefinidamente. Ou as normas burguesas se estenderão, de uma ou de outra maneira, aos meios de produção, ou as normas de distribuição terão de corresponder às normas do sistema de propriedade socialista. (TROTSKY, 2005, pp. 220-1)

Se, por um lado, a burocracia governante precisava defender a forma coletiva da propriedade para dela poder parasitar e, por outro, seus extratos superiores teriam um interesse crescente na restauração da propriedade privada, para que pudessem passar de administradores a proprietários (“Não basta ser diretor de truste, é necessário ser acionista” – TROTSKY, 2005, p. 227), Trotsky concluiu que o regime stalinista precisaria, então, equilibrar-se entre tendências opostas. Dessa forma, a percepção da relação da burocracia soviética para com os meios de produção e o estado como sendo um “parasitismo social” é, nas análises de Trotsky, um dos pontos-chave para a compreensão desta enquanto categoria social, bem como para a caracterização do regime stalinista e seu papel sociopolítico. Em suas palavras:

A função de Stálin (...) tem um duplo caráter. Stálin serve à burocracia e por isso à burguesia mundial, mas não pode servir à burocracia sem preservar o fundamento social que a burocracia explora em seu próprio interesse. Nessa medida, Stálin defende a propriedade nacionalizada contra o imperialismo e contra as camadas demasiado impacientes e ávidas da burocracia. (TROTSKY, 2005, p. 261)

O regime stalinista realizava essa defesa da propriedade socializada, todavia, segundo Trotsky, “por métodos que preparam o desmoronamento geral da sociedade soviética”, concluindo ser imperativo “derrubar a camarilha stalinista” como forma de evitar a restauração capitalista – ao mesmo tempo em que enfatizava a política de “defensismo revolucionário” da União Soviética contra o imperialismo, afirmando que “é o proletariado revolucionário que deve derrubá-la. Não pode confiar esta tarefa aos imperialistas. O proletariado defende a União Soviética contra o imperialismo, apesar de Stálin” (TROTSKY, 2005, p. 261).

Vendo o stalinismo e a burocracia soviética como perpassados por diversas contradições, Trotsky enxergava elementos diametralmente opostos em seu interior, conforme esta passagem de *O programa de transição*, na qual comenta as deserções de Ignace Reiss (ex-agente da NKVD que foi assassinado por essa polícia secreta em 1937, após desertar e declarar apoio à IV Internacional) e de Fiodor Butenko (ex-diplomata soviético, que desertou para a Itália fascista por volta de mesma época):

As declarações públicas de antigos agentes do Kremlin no estrangeiro, que se recusaram a voltar a Moscou, confirmaram, irrefutavelmente, à sua maneira, que no seio da burocracia

existem todas as gamas do pensamento político: desde o verdadeiro bolchevismo (Ignasse [*sic!*] Reiss) até o fascismo declarado (F. Butenko). (...)

Se amanhã a tendência burguesa-fascista, isto é, a “fração Butenko”, entrar em luta pela conquista do poder, a “fração Reiss” tomará, inevitavelmente, lugar no outro lado da barricada. Embora possa se encontrar momentaneamente como aliada de Stálin, defenderá, é claro, não a camarilha bonapartista deste, mas as bases sociais da União Soviética, isto é, a propriedade arrancada aos capitalistas e transformada em propriedade do estado. Se a “fração Butenko” se achar em aliança militar com Hitler, a “fração Reiss” defenderá a União Soviética contra a intervenção militar, tanto no interior do país, quanto a nível internacional. (TROTSKY, 2008, pp. 66; 68-9).

Cabe, ainda, ressaltar como Trotsky encarava a relação entre tal burocracia parasitária e o desenvolvimento das forças produtivas soviéticas. Conforme demonstrado pelo já mencionado primeiro capítulo de *A revolução traída*, ele reconhecia que esta havia cumprido um papel progressivo naquilo que tangia à importação do que havia de mais avançado no mundo capitalista em termos de técnicas e meios de produção, bem como sua implementação na União Soviética pelo planejamento econômico (cf. TROTSKY, 2005, Cap. I). Nisso ele chegou a compará-la, em outro texto (*A URSS na guerra*, set. 1939, compilado em TROTSKY, 2011), ao “despotismo esclarecido” e ao papel histórico que este cumprira em benefício do desenvolvimento e da expansão das relações capitalistas, ainda que a burguesia não estivesse no controle do aparato estatal (TROTSKY, 2011, pp. 26-7).

Trotsky, todavia, encarava que, a partir de dado momento, tal burocracia não mais seria capaz de cumprir um papel progressista, devido ao risco de os avanços tecnológicos e produtivos minarem as funções sociais por ela desempenhadas. Nesse sentido, ela se converteria mais e mais em um “freio” ao desenvolvimento das forças produtivas soviéticas, como forma de assegurar sua estabilidade e reprodução, e dado que, quanto mais complexa ficasse a economia, mais difícil seria a realização de um planejamento que não se baseasse em formas democráticas de gestão (cf. TROTSKY, 2011, pp. 26-7; 257-8¹⁸).

¹⁸ Para um interessante estudo que corrobora empiricamente tal ponto de vista, recomenda-se a leitura do artigo de Slava Gerovitch no qual se discute o pioneirismo soviético no desenvolvimento de uma tecnologia de rede nacional de computadores uma década antes da ARPA norte-americana. Gerovitch demonstra que, a despeito dos grandes avanços realizados nesse sentido, com fins de facilitar a planificação econômica, o desenvolvimento da citada rede foi boicotado por alas da burocracia, temerosas de perderem seus postos (cf. GEROVITCH, 2008).

Conclusão

De tudo que foi exposto, pode-se ver a sofisticação das análises elaboradas por Trotsky na esteira das contribuições feitas por outros bolcheviques que se dedicaram a refletir criticamente sobre as tendências de burocratização pelas quais passou a União Soviética no início dos anos 1920, e em concomitância com o desenvolvimento do regime soviético sob Stálin e a luta política contra os rumos tomados. A partir de uma situação de grande desigualdade social, decorrente de um incipiente desenvolvimento das forças produtivas, a burocracia teria se autonomizado para além do esperado em um estado operário saudável e levado a cabo um processo de reação termidoriana, pelo qual expropriou politicamente o proletariado. Onde ela teria se consolidado enquanto uma casta parasitária, com a função principal de mediar os conflitos sociais por meio de uma crescente coerção a partir do controle do aparato repressivo de estado, utilizando-se, para tal, de um regime análogo ao bonapartismo.

Essa burocracia, todavia, pautar-se-ia, acima de tudo, pelo seu interesse particular de continuar a parasitar a propriedade coletiva e, no longo prazo, de fortalecer cada vez mais sua frágil condição social via restauração da propriedade privada. Daí seu caráter contraditório – nem intrinsecamente contrarrevolucionário, nem intrinsecamente revolucionário – que, para Trotsky, fazia com que ela defendesse, ainda que de forma muito deficitária e até mesmo prejudicial, as formas de propriedade estabelecidas pela Revolução, ao mesmo tempo em que preparava a restauração da propriedade privada em seu próprio benefício.

E daí, também, o caráter inicialmente contraditório, ou centrista, do stalinismo internacionalmente, cujo fim último seria garantir a sobrevivência da burocracia, buscando ora neutralizar as ameaças revolucionárias à sua estabilidade, ora as ameaças imperialistas à sua existência. Caráter que, após anos de manobras entre as rivalidades interimperialistas, Trotsky encarou que acabou por se tornar contrarrevolucionário, levando a derrotas fragorosas, tais como a ascensão de Hitler ao poder e a traição da Revolução Espanhola. O que não o impediu de reconhecer novos giros políticos determinados pelas contradições características da burocracia soviética, como sua ofensiva sobre a Polônia e a Finlândia alguns anos mais tarde. Nem de descartar a possibilidade, ainda que remota, de tal força política dirigir uma revolução socialista, mesmo que de maneira deformada e como fruto de circunstâncias muito particulares.

Ao longo dos anos posteriores ao assassinato de Trotsky pelo agente stalinista Ramón Mercader, em 1940, foram muitas as polêmicas travadas entre seus herdeiros programáticos no seio e ao redor da IV Internacional acerca da validade total ou parcial de suas análises na nova conjuntura

histórica do pós-II Guerra Mundial. Houve aqueles, como os seguidores de Tony Cliff na Inglaterra, que, dentre outras questões, apontaram que o caráter de curta duração e instabilidade atribuído por Trotsky ao fenômeno stalinista não teria se verificado após a Guerra, com a expansão da União Soviética pelo Leste Europeu e a tomada do poder por comunistas na Iugoslávia e China, tendo optado pelo desenvolvimento de uma nova teoria para explicar a União Soviética – a do “capitalismo de estado” (cf. CLIFF, 1999, Cap. I). Houve, ainda, os que, como os seguidores de Ernest Mandel, reivindicaram a validade da teoria de Trotsky, ignorando os prognósticos que se mostraram equivocados e realizando, ainda, releituras não explícitas dela – o mesmo podendo ser afirmado em relação a diversos outros fragmentos do movimento trotskista internacional do pós-guerra. Por fim, houve ainda alguns poucos e diminutos agrupamentos, de influência quase insignificante na arena da luta de classes, que almejavam realizar atualizações críticas (cf. LINDEN, 2007; MONTEIRO, 2016).

Certamente, é necessário levar esses debates em conta para uma apreciação mais completa das contribuições de Trotsky ao marxismo e, conseqüentemente, daquilo que nos pode ser útil nesse centenário da Revolução Soviética para pensar criticamente a experiência social e política por ela aberta. Isso, todavia, é tarefa para outro texto¹⁹. Com o presente material, espera-se tão somente contribuir para um conhecimento mais aprofundado das ditas análises – um pontapé inicial.

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, R. J. *International Trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the movement*. Durham: Duke University, 1991.
- ANDERSON, Perry. Trotsky's interpretation of Stalinism. *New Left Review*, n. 139, v. 1, pp. 49-58, May-June 1983.
- BROUÉ, Pierre. *El partido bolchevique* [1963]. Madri: Ayuso, 1973.
- _____. *História da Internacional Comunista (1919-1934)* t. I [1997]. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- BROWN, Archie. *The rise and fall of Communism*. Nova York: Harper Collins, 2009.
- BRUCE, Dave. *Trotsky and the materialist analysis of Stalinism*. [S.n., s.d.], p. 5. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ozvcgg4>>, acessado em 10 maio 2015.
- CLAUDÍN, Fernando. *La crisis del movimiento comunista* [1970]. Disponível em <marxistarkiv.se>, acessado em 8 maio 2015.

¹⁹ Um bom ponto de partida é a obra, de caráter enciclopédico, de Marcel van der Linden (2007), acerca das diferentes análises feitas pelas mais diversas correntes marxistas sobre a União Soviética.

- CLIFF, Tony. *Trotskyism after Trotsky*. The origins of the International Socialists. Londres: Chicago and Sydney/Bookmarks, 1999.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky: o profeta armado, 1879-1921* [1954]. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GEROVITCH, Slava. InterNyet: why the Soviet Union did not build a nationwide computer network. *History and technology*, n. 4, v. 24, pp. 335-50, Dec. 2008.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. O breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- JOHNSTONE, Monty. “O socialismo num só país”. In: HOBSBAWM, Eric (Org.). *História do marxismo* v. 5. São Paulo: Paz e Terra, 1985, pp. 113-42.
- LENIN, Vladimir. *O estado e a revolução* [1917] e *A revolução proletária e o renegado Kautsky* [1918]. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.
- _____. *Últimos escritos e Diário das secretárias* [comp.]. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2012.
- LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Lenin's last struggle* [1968]. 4. ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.
- LINDEN, Marcel van der. *Western Marxism and the Soviet Union*. A survey of critical theories and debates since 1917. Boston: Brill, 2007.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política* l. I [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MCNEAL, Robert H. “Trotskyist interpretations of Stalinism” [1975]. In: TUCKER, Robert C. (Ed.). *Stalinism. Essays in historical interpretation*. With a new introduction by the author. New Brunswick, Londres: Transaction Publishers, 1999, pp. 30-51.
- MEYER, Victor. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador: Edufba, 1995.
- MONTEIRO, Marcio Lauria. Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da “tese da continuidade”. *Revista História e Luta de Classes*, ano 10, n. 19, pp. 23-9, mar. 2015.
- _____. O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra. *Revista Outubro*, n. 27, pp. 191-219, nov. 2016.
- _____. A luta de Lênin contra a burocratização soviética e Stálin. *Revista História e Luta de Classes*, ano 12, n. 23, mar. 2017. PRADO, Carlos. A Revolução Russa e a construção da III Internacional. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 189, fev. 2017, pp. 36-49.
- SERVICE, Robert. *Comrades! A history of world communism*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- SHACHTMAN, Max. *The bureaucratic revolution: the rise of the Stalinist state*. Nova York: Donald Press, 1962.

STÁLIN, J. V. Coexistence, American-Soviet Cooperation, Atomic Energy, Europe [9 abr. 1947]. Disponível em <<https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1947/04/09.htm>>, acessado em outubro de 2014.

_____. Replies to Questions put by Mr. Elliot Roosevelt, in an Interview [21 dez. 1946]. Disponível em <<https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1946/12/21.htm>>, acessado em outubro de 2014.

TROTSKY, Leon. “More thoughts on the party regime” (Oct. 3, 1957). In: *Writings of Leon Trotsky (1936-37)*. 2. ed. Nova York: Pathfinder Press, 1978, pp. 475-8. _____. *A revolução traída – o que é e para onde vai a URSS* [1936]. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.

_____. *O programa de transição para a revolução socialista* [1938]. São Paulo: Ed. Sundermann, 2008.

_____. *Em defesa do marxismo* [comp., 1940]. São Paulo: Editora Sundermann, 2011.

_____. *Thermidor and Bonapartism* [maio 1931]. Disponível em <<http://tinyurl.com/nof8fpg>>, acessado em set. 2013a.

_____. *Two articles on centrism* [fev./mar. 1934]. Disponível em <<https://www.marxists.org/archive/trotsky/1934/02/centrism.htm>>, acessado em: nov. 2013b.

_____. *O estado operário, termidor e bonapartismo* [1º fev. 1935]. Disponível em <<http://tinyurl.com/k4zdzt9>>, acessado em set. 2013c.

_____. *A Revolução Espanhola* (comp.). São Paulo: Iskra, 2014.

_____. *The Third International after Lenin - the draft program of the Communist International: a criticism of fundamentals* [1929]. Disponível em: <<http://tinyurl.com/my97wqd>>, acessado em 20 maio de 2015a.

_____. *Thermidorianism and Bonapartism* [jan. 1931]. Disponível em <<http://tinyurl.com/puonevb>>, acessado em maio 2015b.

TICKTIN, Hillel. *Abortos históricos, nunca mais* [2006]. Disponível em: <<http://rodrigossilvadoo.blogspot.com.br/2016/03/abortos-historicos-nunca-mais-hillel.html>>, acessado em abr. 2016.

TWISS, Thomas Marshall. Trotsky’s analysis of Stalinism. *Critique: Journal of Socialist Theory*, n. 4, v. 38, pp. 545-63, 2010.

Recebido: 31 de janeiro de 2017

Aprovado: 8 de maio de 2017

Como citar:

MONTEIRO, Marcio Lauria. As análises de Leon Trotsky sobre a União Soviética e o stalinismo. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 176-207, ano XII, nov./2017.